

EDSON DE RESENDE CASTRO

Promotor de Justiça

Coordenador Eleitoral do Ministério Público de Minas Gerais

Professor de Direito Eleitoral em programas de pós-graduação e
em cursos de aperfeiçoamento para Juízes e Promotores Eleitorais

Membro da Comissão de Juristas do Senado Federal para o Novo Código Eleitoral

Membro da Comissão Relatora da Reforma Eleitoral do MCCE

CURSO DE DIREITO ELEITORAL

10ª EDIÇÃO

Revista e Atualizada

**DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 97/2017,
COM AS LEIS N. 13.831/2019, 13.834/2019, 13.877/2019
E 13.878/2019 E COM AS RESOLUÇÕES DO TSE
PARA AS ELEIÇÕES DE 2020**



Belo Horizonte
2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
NOTA DO AUTOR.....	XI

TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Capítulo I

CONCEITO E ALCANCE DAS NORMAS ELEITORAIS	3
1. Conceito.....	3
2. Capacidade eleitoral ativa e passiva	3
3. Organização do corpo eleitoral e das circunscrições eleitorais	4
4. Zonas Eleitorais.....	4
5. Sistemas eleitorais majoritário e proporcional	5
6. Quociente eleitoral e quociente partidário (impactados pelas Leis n. 13.165/2015 e 13.488/2017)	6
7. Processo eleitoral.....	11
8. Competência da Justiça Eleitoral	12

Capítulo II

FONTES DO DIREITO ELEITORAL	13
1. Constituição Federal	13
2. Código Eleitoral	14
3. Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97, atualizada até a Lei n. 13.878/2019)	15
4. Lei Complementar 64/90 (com a Lei da Ficha Limpa)	26
5. Lei 6.091/74: transporte e a alimentação dos eleitores	27
6. Resoluções do TSE.	28

Capítulo III

O DIREITO PARTIDÁRIO	30
1. Autonomia do direito partidário	30
2. O Partido Político	31
3. Criação e autonomia.....	31
4. Filiações e Desfiliações Partidárias.....	39
5. Duplicidade e Coexistência de Filiações	41
6. Infidelidade Partidária e Perda de Mandato	45
7. Finanças Partidárias e Prestação de Contas	50
8. Competência da Justiça Eleitoral	62
9. Mandado de Segurança	63

Capítulo IV

A JUSTIÇA ELEITORAL	64
Seção I – COMPETÊNCIA	64
1. Lei complementar, Juízes auxiliares: instauração de processo de ofício.....	64
2. Resolução n. 22.610/2007	65
Seção II – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS.....	66
1. Organização e administração do processo eleitoral	66
2. Resolução dos conflitos.....	68
3. Capacidade postulatória	68
Seção III – QUESTÕES PARTIDÁRIAS E ELEITORAIS.....	69
1. Do alistamento à diplomação.....	69
2. Composição numérica das Câmaras Municipais.....	70
3. EC n. 58/2009	74
4. Conflitos partidários.....	75
5. Propagandas institucional e partidária.....	76
6. Expulsão de filiado.....	76
7. Disputa de pré-candidatos nas convenções, interferência arbitrária de dirigentes partidários.....	77
8. Gestão do "Fundo Partidário"	77
9. Gestão do "Fundo de Campanha"	78

Seção IV – FUNÇÃO CONSULTIVA	78
1. Atribuição dos Tribunais Eleitorais	78
Seção V – FUNÇÃO NORMATIVA	79
Seção VI – COMPOSIÇÃO	81
1. TSE: recorribilidade	81
2. Ação Rescisória Eleitoral	81
3. TRE: recorribilidade	86
4. Juízes Eleitorais.....	87
5. Magistrados “emprestados”: mandato	88
6. Impedimentos. Novo CPC.....	88
7. Juntas Eleitorais.....	91
Seção VII – O PODER DE POLÍCIA	92
1. Conceito.....	92
2. Atuação de ofício.....	92
3. Instauração de ação eleitoral de ofício.....	93
4. Posturas municipais	94

Capítulo V

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

95

Seção I – ATRIBUIÇÕES	95
1. Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais	95
2. Acesso às informações da Justiça Eleitoral	100
3. Execução das multas.....	102
4. Propaganda partidária irregular.....	107
Seção II – SEUS ÓRGÃOS	108
1. Procurador Geral Eleitoral	108
2. Procurador Regional Eleitoral	108
3. Promotor Eleitoral.....	108
4. Mandato/rodízio	109
5. Impedimentos. Novo CPC.....	109
6. Limites à manifestação do pensamento político	111

TÍTULO II

O PROCESSO ELEITORAL

Capítulo I

ALISTAMENTO ELEITORAL.....	117
1. Pressuposto objetivo do exercício do voto	117
2. Qualificação e a inscrição, capacidade eleitoral ativa.....	118
3. Res. TSE n. 21.538/2003, atualizada até a Res. TSE n. 23.596/2019: nome social e identidade de gênero	119
Seção I – ALISTAMENTO OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO.....	123
1. Obrigatório	123
2. Facultativo	124
3. Os “Inválidos” e os que se encontram fora do país	127
Seção II – DIREITOS POLÍTICOS.....	129
1. Conceito.....	129
2. Perda ou suspensão	130
3. Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado	130
4. Incapacidade civil absoluta.....	131
5. Condenação criminal: autoaplicabilidade, penas privativa de liberdade, restritiva de direitos e pecuniária, suspensão condicional da pena, livramento condicional, crime doloso ou culposo e contravenção penal. Entendimento do STF em repercussão geral	135
6. Recuperação assim que cumprida a pena	140
7. Perda do mandato eletivo.....	140
8. Suspensão de Direitos Políticos X Inelegibilidade	142
9. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.....	143
10. Improbidade administrativa	144
11. Direitos políticos em Portugal	146
Seção III – OS INALISTÁVEIS.....	147
1. Os estrangeiros.....	147
2. Os conscritos	147
3. Os militares de carreira	148
4. O preso provisório.....	148
5. Hipóteses não recepcionadas pela CF/88.....	148

Seção IV – DOMICÍLIO ELEITORAL	149
1. Conceito: vínculos políticos, sociais e afetivos	150
2. Deferimento da inscrição e recurso: capacidade postulatória	153
3. Revisão do eleitorado.....	155
Seção V – TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO	155
1. Domicílio eleitoral histórico/afetivo	155
2. Residência na nova circunscrição.....	156
3. Publicação e impugnação.....	158
4. Recurso	158
Seção VI – EXCLUSÃO E CANCELAMENTO.....	159
1. Noção	159
2. Legitimidade do eleitor	160
3. Hipóteses	160
4. Correição e Revisão por notícia de fraude.....	161
5. Retificação de dados do eleitor	161
6. Revisão de ofício.....	162

Capítulo II

PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA.....	165
1. Convenções partidárias.....	169
2. Candidatura nata.....	172
3. Eleições majoritárias (chapas) e proporcionais (listas abertas)	172
4. Reserva de gênero: limite percentual para homens e mulheres. Candidaturas fictas.	173
5. Coligações: representação, verticalização.....	177
6. Pedido de registro das candidaturas: data limite e resumo do procedimento.....	182
7. Quitação Eleitoral	185
8. Omissão do partido: pedido feito pelo próprio candidato	187
9. Substituição de candidato: primeiro e segundo turnos.....	187
10. Documentos e informações para o registro	190
11. Diligências.....	191
12. Candidato sub judice	193
13. Expulsão do candidato do partido: cancelamento do registro	197

Seção I – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	197
1. Conceito.....	197
2. Elegibilidades próprias e impróprias	197
3. Hipóteses	200
3.1. Nacionalidade Brasileira e cargos privativos de brasileiro nato.....	200
3.2. Pleno exercício dos direitos políticos	202
3.3. Alistamento eleitoral	205
3.4. Domicílio eleitoral na circunscrição	206
3.5. Filiação partidária: lista de filiados, duplicidade e coincidência de filiações.....	208
3.6. Idade mínima para a candidatura	212
3.7. Momento de Aferição.....	213
3.8. Elegibilidade Superveniente.....	216
3.9. Apresentadores e comentaristas de rádio e TV	219
Seção II – CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE	221
1. Compreensão	221
2. Documentos necessários ao registro.....	222
Seção III – CAUSAS DE INELEGIBILIDADE.....	222
1. Compreensão e conceito.....	222
2. Inelegibilidade inata e inelegibilidade cominada	223
3. Inelegibilidades amplas/absolutas ou restritas/relativas.....	225
4. Inelegibilidades próprias e impróprias.....	225
5. Inelegibilidade Reflexa	226
6. Presunção de Inocência.....	226
7. Retrospectividade da LC n. 135/2010.....	228
8. Razoabilidade e Proporcionalidade das novas hipóteses.....	231
9. Hipóteses Constitucionais e Infraconstitucionais	231
9.1. Os analfabetos: teste de alfabetização.....	231
9.2. Os inalistáveis.....	235
9.3. Os incompatíveis por exercício de função: reeleição do titular, eleição do vice ao cargo de titular, candidatura a outros cargos, “prefeitos itinerantes”, desincompatibilização por renúncia, exoneração e licença, o território da disputa	236

9.4. Os incompatíveis por casamento ou parentesco: parentesco com o titular e parentesco com o vice; o território de jurisdição do titular; casamento religioso, concubinato e união estável homossexual; titular de mandato e candidato à reeleição	252
9.5. Inelegíveis por Desvio de Conduta: LC n. 64, art. 1º, I.....	266
Alínea B: perdimento de mandato no Legislativo	266
Alínea C: perdimento de mandato no Executivo.....	268
Art. 52, da CF: perdimento de mandato de Presidente da República: inabilitação .	268
Alínea D: abuso de poder econômico ou político.....	270
Alínea E: condenação criminal.....	285
Alínea F: indignidade do oficialato	295
Alínea G: rejeição de contas públicas: competência do TC e da Câmara Municipal para o julgamento, irregularidade insanável, juízo de insanabilidade, improbidade administrativa, suspensão da inelegibilidade, novo prazo de inelegibilidade	296
Alínea H: abuso de poder na administração pública. Suspensão do art. 26-C	323
Alínea I: Direção, administração ou representação de estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro em liquidação.....	328
Alínea J: Captação de Sufrágio, Condutas Vedadas e Movimentação Ilícita de Recursos de Campanha. Suspensão do art. 26-C.....	330
Alínea K: Renúncia de Mandato	336
Alínea L: Improbidade Administrativa. Suspensão do art. 26-C	338
Alínea M: Infração ético-profissional.....	344
Alínea N: Desfazimento fraudulento de vínculo conjugal. Suspensão do art. 26-C.....	345
Alínea O: Demissão de servidor público	346
Alínea P: Doações ilegais para campanhas. Suspensão do art. 26-C	350
Alínea Q: Aposentadoria, perda de cargo ou exoneração de Magistrados e Membros do Ministério Público.....	353
Seção IV – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA: PJe	355
1. Legitimação ativa.....	355
2. Eleitor: notícia fundamentada de inelegibilidade	357
3. Conhecimento de ofício pelo Juiz Eleitoral	357
4. Legitimação passiva.....	360

5. Objeto da impugnação: arguição de inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais: preclusão, inelegibilidade superveniente	362
6. Negativa de diplomação do eleito	365
7. Prazo para impugnação	366
8. Notificação pelo mural eletrônico, por mensagem instantânea, e-mail ou correspondência. Contestação em sete dias. Audiência	368
9. Diligências. Alegações finais. Parecer do M.Público	369
10. Decisão. Recurso. Prazos peremptórios, plantão da Justiça Eleitoral aos sábados, domingos e feriados	370

Capítulo III

PROPAGANDA ELEITORAL	375
1. Conceito.....	375
2. Propaganda partidária	377
3. Promoção pessoal.....	381
4. Princípios que a orientam.....	383
5. Art. 36-A, da Lei n. 9.504/97	385
Seção I – INÍCIO DA PROPAGANDA.....	404
1. Disciplina do Código Eleitoral e da Lei das Eleições.....	404
2. Propaganda extemporânea	404
3. Prévio conhecimento. Intimação do Juiz Eleitoral ou recomendação do MP.....	405
4. Responsabilidade solidária do candidato e do Partido Político	407
Seção II – PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA	410
1. A quem se dirige.....	410
2. Período de permissão.....	411
3. Propaganda intrapartidária x propaganda extemporânea.....	411
Seção III – PROPAGANDA LÍCITA.....	412
1. Bens Particulares. Adesivos plásticos. Justaposição. Autorização do proprietário....	412
2. Placas, pinturas em muros.....	416
3. Folhetos, volantes e outros impressos.....	418
4. Alto-falantes.....	420
5. Comícios. Limite de horário. Crime de desobediência. Poder de polícia	423
6. Outdoor. Proibição da Lei n. 11.300/2006. Placas justapostas.....	426

7. Jornais e revistas: tratamento privilegiado	429
8. Rádio e TV	430
8.1. Horário gratuito em rede	431
8.2. Horário gratuito em inserções	433
8.3. Distribuição do tempo entre partidos e coligações. Inconstitucionalidade	434
8.4. Conteúdo dos programas	437
8.5. Restrições à programação normal: apresentadores e comentaristas	439
8.6. Debates	443
9. Internet	446
10. Violação de propaganda lícita: crime eleitoral	457
11. Poder de Polícia na Internet	457
Seção IV – O DIREITO DE RESPOSTA	458
1. Excessos. Afirmções inverídicas, injuriosas, caluniosas e difamatórias	458
2. Disciplina do Código Eleitoral. Disciplina da Lei das Eleições. Ofensa a candidatos. Ofensa a terceiros. Ofensa a pessoa jurídica. Ofensa a autoridades públicas	458
3. Veiculação por diversos meios	460
4. Indevida utilização do direito de resposta	462
Seção V – PROPAGANDA NÃO TOLERADA	464
1. Hipóteses e poder de polícia	464
2. As posturas municipais	465
Seção VI – PROPAGANDA ILÍCITA	466
1. Bens pertencentes ao Poder Público. Bens cujo uso dependa de cessão do Poder Público: táxis, ônibus, etc.	466
2. Bens de uso comum: bares, clubes, estádios de futebol, etc.	468
3. Cavaletes e bonecos nas vias públicas	470
4. Multa ou restauração do bem: § 1º do art. 37	473
5. Postes de iluminação, pontes, passarelas	476
6. Brindes de Campanha	477
7. Outdoor e showmícios	479
8. Símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo	479

Seção VII – ABUSO DE PODER E USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	480
1. Conceituação.....	480
2. Comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições. Nexo de causalidade. Gravidade.....	482
3. Prévio conhecimento. Verificação objetiva	485
4. Inelegibilidade	487
5. Cassação do registro ou do diploma. Desconstituição do Mandato Eletivo	488
6. Abuso do poder simples e abuso do poder qualificado.....	488
Seção VIII – ABUSO DO PODER ECONÔMICO, MOVIMENTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS (ART. 30-A) E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A).....	491
1. Conceituação.....	491
2. Descumprimento das normas relativas à arrecadação dos fundos de campanha. Vedações das doações de pessoas jurídicas: ADI 4650. Limite de gastos fixado pelas Leis n. 13.488/2017 e 13.878/2019.....	492
3. Descumprimento das normas relativas aos gastos de campanha	497
4. Art. 41-A, da LE. Multa. Cassação do registro ou do diploma. Novas eleições (art. 224, § 3º, do CE). Efeito do recurso (art. 257, § 2º, do CE).....	499
5. Art. 30-A, da LE.....	512
Seção IX – ABUSO DE PODER POLÍTICO E CONDUITAS VEDADAS	518
1. Compreensão	518
2. Conceito de agente público. Improbidade administrativa.....	520
3. Art. 73 e ss., da LE: constitucionalidade.....	522
4. Hipóteses	526
• Cessão e uso de bens públicos (inciso I);	526
• Uso de materiais e serviços públicos (inciso II);	528
• Cessão ou uso de servidores públicos (inciso III);	529
• Uso promocional de programas públicos de assistência social (inciso IV) e criação de programas sociais em ano de eleição (§ 10);	532
• Nomeação de servidores públicos (inciso V);	541
• Transferência voluntária de recursos públicos (inciso VI, "a");	544
• Publicidade Institucional (inciso VI, alínea "b");	547
• Pronunciamento em cadeia (inciso VI, alínea "c");	550
• Gastos com publicidade institucional (inciso VII);	551

• Revisão geral de remuneração dos servidores (inciso VIII)	553
• Publicidade institucional desvirtuada (art. 74)	556
• Shows artísticos em inaugurações públicas (art. 75)	558
• Comparecimento de candidatos em inaugurações públicas (art. 77)	559
Seção X – ABUSO (USO INDEVIDO) DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	561
1. Compreensão	561
2. Abusos na imprensa escrita	561
3. Abuso no rádio e na TV	561
4. Outros meios de comunicação. Abuso do poder religioso	563
Seção XI – DAS PESQUISAS E TESTES PRÉ-ELEITORAIS	564
1. Registro prévio na Justiça Eleitoral	564
2. Divulgação sem registro: multa	566
3. Pesquisa fraudulenta: Crime Eleitoral	567
4. Divulgação de pesquisa no dia da eleição	567
5. Enquetes e sondagens: Lei n. 12.891/2013	568
Seção XII – FIM DA PROPAGANDA	569
1. No rádio, na TV e em Comícios	569
2. Impressos, carreatas, alto-falantes	570
3. Jornais e revistas	570
4. Internet	571
Seção XIII – RETIRADA DA PROPAGANDA	571
1. Prazo no primeiro e segundo turnos	571
Seção XIV – REPRESENTAÇÃO	572
1. Art. 96, da Lei 9.504/97: objeto	572
2. Momento para ajuizamento	574
3. Natureza de ação	575
4. Competência	576
5. Legitimação ativa	578
6. Legitimação passiva	579
7. Procedimento Sumaríssimo	580
8. Instrução e produção de prova	580
9. Decisão e recursos ordinário, especial, extraordinário e agravo	583

10. REPRESENTAÇÃO ESPECIAL:	
Objeto (arts. 23, 30-A, 41-A, 73, 74, 75, 77) procedimento.....	584
11. Litisconsórcio passivo com o agente público	585
12. Termos inicial e final para a propositura.....	585
13. Recurso e efeitos da decisão: cassação e novas eleições majoritárias.....	589
Seção XV – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – AIJE	592
1. Caracterização, cabimento e objeto	592
2. Natureza de Ação. Petição inicial	594
3. Legitimação ativa: Capacidade postulatória. Eleitor. Partido/Coligação. Desistência.....	596
4. Legitimação passiva: litisconsórcio necessário	598
5. Momento para sua propositura. Prazo final. Decadência	601
6. Competência do Corregedor	602
7. Procedimento: defesa, dilação probatória, alegações finais	603
8. Decisão, efeitos antes e depois das eleições.....	607
9. Recursos eleitoral, especial e extraordinário Efeito suspensivo nas instâncias ordinárias e novas eleições	613

Capítulo IV

DAS GARANTIAS ELEITORAIS.....	616
1. Garantia contra prisões de candidatos.....	616
2. De eleitores	617
3. De membros das mesas receptoras e fiscais partidários.....	618
4. Garantia do exercício do voto dos trabalhadores.....	618

Capítulo V

O DIA DAS ELEIÇÕES	619
1. Seções Eleitorais. Mesa Receptora de Votos	619
2. Presidente da Mesa	620
3. Os Fiscais de Partidos/Coligações	620
4. Propaganda eleitoral: boca de urna. Crime eleitoral Manifestação silenciosa: bótons, flâmulas, adesivos, etc.....	621
5. Transporte e alimentação de eleitores. Crime eleitoral	623

Capítulo VI – APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS 627

1. Apuração tradicional, fiscalização dos partidos 627
2. Apuração eletrônica 627
3. Destino dos votos na eleição proporcional: art. 175, CE e art. 16-A, LE..... 628

Capítulo VII – ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA 632

1. Arrecadação: formalidades, período, doação de pessoas físicas, financiamento coletivo, limites e apuração de excesso 632
2. Recursos próprios 654
3. Fundo Partidário 656
4. Fundo Especial de Financiamento de Campanha..... 657
5. Comercialização de bens e realização de eventos 662
6. Limite de gastos previsto na lei 662
7. Destinação lícita e ilícita dos recursos 666
8. Prestação de Contas: prazo 671
9. Responsabilidade do candidato e do administrador financeiro.
Falsidade ideológica eleitoral 672
10. Contas de campanha do partido. Consequência da desaprovação 672
11. Sobras e dívidas de campanha 673
12. Rejeição das contas do candidato. Suspensão da quitação eleitoral 674
13. Contas não prestadas. Suspensão da quitação eleitoral..... 675
14. SPCE e prestação de contas simplificadas. Autuação no PJe 676
15. Ausência de movimentação financeira e controle concomitante 677
16. Prestação de contas anuais dos partidos: caixa 2 e lavagem de dinheiro 677
17. Prestação de contas parciais e publicação das
doações financeiras em 72 horas..... 679
18. Jurisprudência..... 683

Capítulo VIII – DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS 686

1. Conceito. Natureza declaratória 686
 2. Competência 686
- Seção única – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA..... 687

1. Hipóteses de cabimento	688
2. Inelegibilidades supervenientes. Art. 262, § 2º, do CE.	688
3. Negativa de diplomação	700
4. Inelegibilidades constitucionais	701
5. Prova pré-constituída. AIJE.	702
6. Captação ilícita do sufrágio.....	705
7. Legitimação ativa.....	705
8. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo.....	707
9. Prazo para propositura e efeito sobre o diploma	708
10. Juízo de retratação.....	711

Capítulo IX – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO 712

1. Notícia histórica. Natureza	712
2. Competência	713
3. Prazo para propositura. Suspensão dos prazos processuais. Aplicação	714
4. Hipóteses de cabimento. Fraude nas candidaturas femininas.....	716
5. Legitimação ativa. Desistência do legitimado: MPE assume a titularidade. Assistência litisconsorcial	723
6. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo.....	724
7. Assistência do partido do impugnado.....	732
8. Procedimento: art. 3º, da LC n. 64/90. Testemunhas. Escuta ambiental	732
9. Prova emprestada, litispêndência e conexão	739
10. Sentença: novas eleições, diplomação do 2º colocado, inelegibilidade	742
11. Recurso. Efeito suspensivo. Art. 257, § 2º	749
12. Reexame necessário. Recurso adesivo	752
13. Execução da sentença	754

Capítulo X – CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL 755

1. Pena mínima: art. 284.....	755
2. Declaração falsa de domicílio eleitoral: art. 289	755
3. Caixa 2: art. 350.....	757
4. Impedir ou inutilizar propaganda alheia: arts. 331 e 332	758
5. Afirmções inverídicas: art. 323.....	758

6. Compra de votos: art. 299.....	759
7. Coação ao voto: art. 301	761
8. Desobediência eleitoral: art. 347	761
9. Sorteios e brindes: art. 334	762
10. Transporte e alimentação de eleitores: art. 302, CE, e Lei n. 6.091/74	764
11. Boca de urna: art. 39, § 5º, da Lei n. 9.504/97	765
12. Crimes contra a honra. Imunidade parlamentar: art. 324, 325 e 326	767
13. Denúnciação caluniosa eleitoral	767
14. Apropriação indébita eleitoral	767
15. Ação penal pública incondicionada	768
16. Foro privilegiado. Súmula 394, do STF. Lei 10.628/02. Inconstitucionalidade.....	769
17. Interrogatório e defesa. Procedimento do CPP	773
18. Recurso. Razões recursais. Prazo.....	775
19. Transação penal e Suspensão condicional do processo.....	776
20. Juiz de Garantias	778
21. Impedimento do Juiz. Prova Inadmissível	778
22. Arquivamento do inquérito no MP.....	778
23. Acordo de não persecução penal.....	778
BIBLIOGRAFIA	785

Anexo

MODELOS DE FORMULÁRIOS

Anexo A	
– RECOMENDAÇÕES, AVISOS, REQUERIMENTOS, ETC.	787
Anexo B	
– REQUERIMENTO DE EXCLUSÃO/CANCELAMENTO.....	805
Anexo C	
– AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC) – INICIAIS E PARECERES	806
Anexo D	
– PARECER EM PEDIDO DE RESPOSTA.....	855
Anexo E	
– REPRESENTAÇÃO E RECURSO	856

Anexo F	
– AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE).....	874
Anexo G	
– AÇÃO CAUTELAR.....	876
Anexo H	
– REPRESENTAÇÃO PARA RETIRADA DE PROPAGANDA ELEITORAL.....	879
Anexo I	
– AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	880
Anexo J	
– AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	
– CANDIDATURA FICTÍCIA	886
Anexo K	
– RCD – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.....	899
Anexo L	
– SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO (Art. 41-A).....	901
Anexo M	
– SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE AIME.....	903
Anexo N	
– RECOMENDAÇÃO – NÚMERO DE VEREADORES.....	912
Anexo O	
– REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE DOAÇÃO: Art. 23.....	914
Anexo P	
– EXCESSO DE DOAÇÃO: Alegações Finais	922